



## **SALAZAR disse ...**

*«Não nos preocupemos se não há um sábio, um santo, um herói, quando o que sobretudo nos é necessário é um homem espiritualmente integrado na missão histórica da Nação Portuguesa, que se sinta, ele próprio, sentinela vigilante da defesa e da continuidade da Pátria. Em última análise: um homem de bom espírito e de boa vontade, portuguesmente uma pessoa de bem».*

Nota da Presidência do Conselho de 5 de Junho de 1951, sobre o problema da sucessão do Presidente da República Marechal Carmona.

... /// ...

### **O MUNDO PORTUGUÊS**

Livro de Leitura para o  
Ensino Técnico Profissional

#### **O IMPÉRIO PORTUGUÊS**

Foi o Império Português o primeiro que, nos tempos modernos, se organizou.

Enquanto outros Estados consideravam os territórios ultramarinos como origem de despesas inúteis, já Portugal possuía a compreensão absoluta do valor dos territórios de além-mar, quer como lugares de expansão nacional, quer como fonte de matérias-primas.

O nosso Império começou a formar-se, graças ao espírito de arrojo e aventura da Raça, aliado a um profundo conhecimento das ciências náuticas. Contudo, outros factores determinaram este movimento, como sejam a fé cristã, a posição geográfica do nosso país, os objectivos económicos, a organização anterior da marinha nacional, etc.

Guiados pelo braço forte do Infante D. Henrique, que no Infante D. Pedro encontrou um precioso auxiliar, norteados pela vontade firme do Príncipe Perfeito, e com os dinheiros da Ordem de Cristo, fomos a Ceuta firmar alicerces, para depois encetarmos a

(Continua<sup>1</sup> 1de2)

### **EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA**

(Ensino Liceal)

#### **A RESPONSABILIDADE MORAL DOS ACTOS HUMANOS**

##### **NATUREZA MORAL DO HOMEM**

O homem é um ser dotado de inteligência e de liberdade. Tem a consciência da sua actividade e do valor moral dos actos que pratica. É capaz de conhecer se esses actos são bons ou maus, e sente que pode, se não em todos os casos, pelo menos em muitos deles, praticar ou deixar de praticar os actos que conhece.

Desta capacidade de conhecer o que é bem e o que é mal o que é permitido e o que é proibido, e deste poder de se determinar conscientemente à prática ou à omissão de certos actos, de escolher entre o bem e o mal, de fazer aquilo que é permitido ou aquilo que é proibido, deriva para o homem a responsabilidade moral

##### **ESPÉCIES DE ACTOS MORAIS**

Os actos humanos estão sujeitos às leis morais.

Quando se conformam inteiramente com elas, dizem-se actos bons; quando as violam ou estão em oposição a elas,

(Continua<sup>2</sup> 1de4)

(Continuação<sup>1</sup> 2de2)

epopeia gloriosa dos descobrimentos e colonização, desvendando ignotos mares, desconhecidas terras.

Soubemos, assim, criar um Império imenso, e hoje, apesar de todas as extorsões, ainda Portugal ocupa o 4º lugar, como potência ultramarina, no que respeita à extensão territorial, possuída, mas ascende ao 3º, logo após a Inglaterra e França, se atendermos à natureza e qualidade das terras dominadas.

São cerca de 2.110.000 km<sup>2</sup> de territórios, distribuídos pela África e Ásia, a que devemos adicionar os 89.106 km<sup>2</sup> de Portugal Continental e os 3.200 km<sup>2</sup> do chamado Portugal Insular.

O nosso Império compreende três grupos territoriais:

1º — Domínios do Atlântico, somando cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> e formados pelo arquipélago de Cabo Verde, Guiné e Bijagós, S. Tomé, Príncipe e S. João Baptista de Ajudá, Angola, Cabinda e Malembó;

2º — Domínios do Índico, totalizando cerca de 780.000 km<sup>2</sup> formados por Moçambique, Goa e Anjediva, Damão, Dadrá e Pragana-Nagar-Avely, Dio, Gogolá e Simbor;

3º — Domínios do Pacífico, com cerca de 19.000 km<sup>2</sup> constituídos por Macau, Taipa, Coloane e pela parte oriental de Timor, Ambeno, Cambing e Jaco.

Tenhamos, portanto, orgulho de pertencer a um Estado cujos territórios somam mais do que as superfícies reunidas da Espanha, França, Alemanha e Itália, e que conta mais de 20 milhões de habitantes!

José DE OLIVEIRA BOLÉO — (In *O Mundo Português*)

(Continuação<sup>2</sup> 2de4)

dizem-se actos maus; quando os actos não são ordenados nem proibidos pelas leis morais, dizem-se indiferentes. Mas importa advertir quer a prática, no há actos indiferentes, porque as circunstâncias que os acompanham, ou em que são praticados, atribuem-lhes sempre algum valor moral positivo ou negativo.

Quer dizer: certos actos que, considerados em si-mesmos, não seriam bons nem maus, por efeito das circunstâncias que os acompanham ou em que são praticados, adquirem valor moral positivo ou negativo. Dormir, passear, considerados em si-mesmos, são actos indiferentes; mas tornam-se bons ou maus consoante as circunstâncias e o fim. Se eu for passear no tempo em que devia estar nas aulas, ou quando devia estar no exercício da minha profissão, ou dormir quando devo trabalhar, estes factos deixam de ser indiferentes e tornam-se maus, porque praticando-os falto ao meu dever.

#### EXISTÊNCIA DA RESPONSABILIDADE MORAL

Quando a pessoa humana adquire um certo grau de desenvolvimento intelectual e começa a ter conhecimento do valor e dos efeitos dos actos que pratica, começa também a ter a noção e o sentimento da sua responsabilidade.

À medida que se desenvolvem as faculdades de observação e de reflexão, a pessoa adquire a consciência da sua vida e da sua actividade. Conhece as suas ideias, os seus sentimentos e as suas acções; sente que os seus actos lhe pertencem, que deles é senhora e que por eles pode responder perante a sua consciência e até perante a sociedade. — Cada um deve responder pelos actos

(Continua<sup>2</sup>)

(Continuação<sup>2</sup> 3de4)

que são seus —, quer dizer, deve aceitar os efeitos e as consequências dos actos que praticou livremente, ou seja com conhecimento da inteligência e deliberação da vontade.

A nossa consciência atesta-nos, duma maneira iniludível, que somos responsáveis pelos nossos actos. Suponhamos o seguinte caso: Um amigo, por ocasião da sua morte, confia-me uma quantia importante com o encargo de eu a entregar a uma pessoa que só eu conheço. Ninguém sabe que aquela quantia me foi confiada.

Estando eu necessitado de dinheiro, e no correndo risco nenhum em me apoderar daquela quantia, porque ninguém sabe que a tenho em meu poder, vem-me ao pensamento a ideia de praticar esse acto.

Consulto a minha consciência. Que é que ela me diz?

Antes de praticar o acto, diz-me que no devo praticá-lo, porque é ilícito; ordena-me que entregue o dinheiro ao seu destinatário, proíbe-me que me apodere dele, põe a lei moral diante de mim. E, em presença da lei, experimento um sentimento de respeito: a ideia de violar a lei incomoda-me, provoca em mim certa aversão ao acto mau que pensei em praticar.

Depois de ter praticado o acto, a minha consciência julga-o, aprecia o seu valor moral: — Entreguei o dinheiro como era meu dever? — A consciência aplaude-me, aprova o meu procedimento; e esta aprovação é ‘acompanhada duma emoção agradável, da satisfação do dever cumprido. Sinto-me engrandecido a meus próprios olhos.

— Apropriei-me do dinheiro, faltando ao meu dever? — A consciência

(Continua<sup>2</sup>)

(Continuação<sup>2</sup> 4de4)

reprova o meu acto, censura-me, condena-me, faz-me sentir que cometi uma falta, que sou digno de castigo.

E este juízo da consciência provoca em mim uma emoção desagradável, uma espécie de sofrimento moral, misto de vergonha e de temor, que se chama remorso.

Como neste exemplo, em muitos outros a consciência atesta-nos duma maneira iniludível a existência da responsabilidade moral.

Um indivíduo atenta voluntariamente contra a vida do seu semelhante, ou retém injustamente coisas alheias contra a vontade dos donos delas.

Se for uma pessoa no uso normal das suas faculdades, a consciência dir-lhe-á que é responsável pelos actos maus que praticou e pelas consequências que deles derivaram.

Uma sentinela abandona o seu posto de guarda e desse facto resulta o assalto a um estabelecimento ou a uma repartição pública, onde há documentos ou valores importantes.

A consciência diz-lhe que é responsável pelos males que resultaram do seu acto e que deve sofrer as consequências deles.

DR. JOSÉ DE ALMEIDA  
CORREIA